



O ENSINO DA EXTENSÃO PESQUEIRA NO BRASIL: DESAFIOS ATUAIS

Angelo Brás Fernandes Callou

Doutor em Ciências da Comunicação

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Introdução

O serviço oficial de Extensão Pesqueira surgiu no Brasil no final dos anos 60 com a finalidade de apoiar o desenvolvimento do setor pesqueiro brasileiro. Entre os argumentos principais, estavam a imensidão da costa nacional, a piscosidade de suas águas e o desamparo socioeconômico das comunidades pesqueiras artesanais. Por isso, difundir tecnologias modernas de pesca (assim como ocorria no meio rural, através da difusão de tecnologias agropecuárias) representou o caminho mais promissor para se alcançar o desenvolvimento social e econômico desse setor historicamente esquecido das políticas públicas (CALLOU, 1983, p. 285-300).

Os primeiros extensionistas de pesca eram agrônomos, técnicos agrícolas, veterinários, economistas domésticos, geógrafos, entre outros (RELATÓRIO do I Curso Nacional..., [s.n., 19--]. Com a criação dos cursos de Engenharia de Pesca no Brasil, a partir de 1971, essa atividade foi, pouco a pouco, se restringindo aos profissionais dessa nova profissão (CALLOU; TAUK SANTOS, 2003, p. 225). Entretanto, a disciplina Extensão Pesqueira só fará parte da grade curricular dos cursos de Engenharia de Pesca em meados dos anos 80. Portanto, muitos dos engenheiros de pesca obtinham formação extensionista fora das universidades através de cursos intitulados de *Pré-Serviço Nacional de Extensão na Pesca*, oferecidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), extinta no final dos anos 80, e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

O surgimento da disciplina Extensão Pesqueira nos Cursos de Engenharia de Pesca do país se dá a partir do *Novo Currículo Mínimo das Ciências Agrárias*, aprovado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), em 1981, no qual está contemplada a Matéria

Extensão Pesqueira (BRASIL, 1981, p.17). A ementa sugerida estava no âmbito da Difusão de Inovações do americano Everett Rogers, que em nada se distinguia das concepções e das práticas de comunicação vertical desenvolvidas pela Extensão Rural e Extensão Pesqueira oficiais. A “filosofia” era a de que a difusão de tecnologias “modernas” de pesca e a conseqüente adoção pelos pescadores possibilitaria um aumento da produção de pescado, gerando lucros e melhoria nas condições de vida das comunidades pesqueiras. Em outras, promoveria o desenvolvimento social e econômico do setor pesqueiro. Como sabemos, isso não aconteceu, pelo menos da maneira abrangente como se propalava. Na verdade, o problema da pesca não estava necessariamente ligado à forma artesanal da atividade, mas a questões de ordem sociopolítica vividas pelos pescadores ao longo da sua história.¹

Por outro lado, quando a disciplina Extensão Pesqueira surge nas universidades, já se havia construído toda uma crítica acadêmica à teoria rogeriana de Difusão de Inovações, cujo marco, como sabemos, é o livro *Extensão ou Comunicação?*, de Paulo Freire, publicado no Chile em 1969 (FREIRE, 1979). Ao lado disso, a experiência acumulada desde os anos 60 pela Comissão Pastoral dos Pescadores, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), já revelava caminhos teórico-metodológicos mais promissores de Extensão Pesqueira através das estratégias de comunicação dialógica.² Não é por acaso que o texto *A Extensão Pesqueira como Disciplina Recente na Universidade Brasileira*, apresentado, em 1983, no III Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca, chamava a atenção para a necessidade de uma modificação imediata dos conteúdos que seriam oferecidos pela Disciplina nas universidades, por que já nasciam obsoletos (CALLOU, 1983, p. 285-300).

Passados vinte anos da publicação desse texto, o assunto merece voltar à discussão. Isso se prende ao fato, sobretudo, de os estudos contemporâneos da Comunicação Rural estarem sinalizando cada vez mais a necessidade de se redefinir as práticas e os aportes teóricos adotados pela Extensão nas Ciências Agrárias.³ Esses estudos trouxeram análises

¹ Sobre isso vide por exemplo: DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. *Pescadores, sítiantes e trabalhadores do mar*. Tese de doutoramento, São Paulo, USP, 1979; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *A voz do mar, construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador “José Bonifácio” (1919-1924)*. Tese (doutoramento em Ciências da Comunicação). São Paulo, 1994, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. 359 p; e idem. *Movimentos sociais de pescadores, 1920-1982*. Dissertação (mestrado em Extensão Rural). Santa Maria, 1986.

² Vide CALLOU, Angelo Brás Fernandes. *Movimentos sociais de pescadores, 1920-1982*. Dissertação (mestrado em Extensão Rural). Santa Maria, 1986.; e SIRY, Bernardo. Experiências pastorais no meio dos pescadores artesanais. In: PRORENDA RURAL – PE, op. cit., p. 28-42.

³ Sobre isso vide especialmente TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. *Revista Signo*, Revista de Comunicação Integrada. UFPB, Ano II, N. 3,

inovadoras sobre os contextos populares do meio rural a partir da apropriação da perspectiva teórica latino-americana dos *Cultural Studies*⁴ e da nova teoria da comunicação (MARCONDES FILHO, 1997). Entre elas, estão as formas diferenciadas de recepção de programas de desenvolvimento governamental e não governamental pelas populações rurais – implicando em hibridizações culturais -, e os impactos das novas tecnologias de informação e comunicação no território agrário.

Os estudos revelam, por exemplo, a complexidade das resignificações e refuncionalizações atribuídas por esses contextos populares às propostas das agências de desenvolvimento,⁵ bem como dos impactos das novas tecnologias no âmbito do trabalho e do lazer no meio rural.⁶ Todos esses aspectos, aliados às temáticas das novas ruralidades (turismo, serviços, artesanato, indústrias)⁷ e do desenvolvimento local (processo de *concertação/orquestração* dos diferentes atores sociais empenhados no desenvolvimento das potencialidades econômicas endógenas)⁸, levaram à Comunicação Rural a propor novas

setembro/1995; TAUKE SANTOS, Maria Salett; SPENILLO, Giuseppa. Uma nova política para o ensino da comunicação rural: o caso UFRPE. In: TAUKE SANTOS, Maria Salett (org.). *Políticas de comunicação rural nos anos 90*. Recife, Imprensa Universitária, UFRPE, 1998; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. TAUKE SANTOS, Maria Salett. Comunicação rural - velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRAU-MEIGS, Divina; TAUKE SANTOS, Maria Salett (orgas.). *Comunicação e informação: identidades e fronteiras*. São Paulo : INTERCOM; Recife: Bagaço, 2000; CALLOU, Angelo Brás Fernandes Callou; TAUKE SANTOS, Maria Salett. Formação de comunicadores rurais: novas estratégias para enfrentar o século XXI. *Contexto e Educação*, Ijuí, Unijui, n.63, jul./set., 2001, p.119-130; e CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Comunicação rural e era tecnológica: tema de abertura. In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). *Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local*. São Paulo/Recife : Bagaço, 2002, p.11-28. Coleção GT's n.13.

⁴Sobre os estudos culturais na América Latina vide especialmente ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. *Cartografias dos estudos culturais*: Stuart Hall, Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini. Tese (doutoramento em Ciências da Comunicação), São Paulo, USP, 1999. 277 p.

⁵Vide principalmente TAUKE SANTOS, Maria Salett. Comunicação e consumo: espaço das mediações da cultura transnacional e das culturas populares. *Revista Brasileira de Comunicação – INTERCOM*, São Paulo, vol XIX, n.2, jul./dez., 1996, p. 43-47; MELO, Maria de Fátima Massena. *Mulher e consumo: a recepção das mensagens do programa de apoio ao desenvolvimento comunitário (PRODEC) da Caixa econômica Federal, pelas mutuárias da Cila de Chã de Marinho*, em Surubim/PE. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Recife : UFRPE, 2001, 144 p.; SÁ BARRETO, Carmem Virginia M. *Comunicação e reforma agrária: estudo de recepção das políticas do MEPF-INCRA pelos assentados de Gaipió – PE*. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Recife : UFRPE, 2000, 345 p.; e LIMA, Conceição Maria Dias. *Comunicação e desenvolvimento local: estudo de recepção das propostas da incubadora tecnológica de cooperativas populares – INCUBACOOP pelas mulheres da cooperativa de costura de Abreu e Lima – COOPECAL-PE*. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Recife : UFRPE, 2003, 188 p.

⁶Sobre isso vide GIUSEPPA, Spenillo. O rural frente à informatização do cotidiano: comunicação, interpeçoalidade e lazer no projeto Brigida (Orocó – PE). In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). *Comunicação rural e o novo espaço agrário*. São Paulo/Recife : Imprensa Universitária, 1999, p. 37-47. Coleção GT's n. 8.

⁷Sobre o assunto vide GRAZIANO DA SILVA, José. O novo mundo rural. *Nova Economia*, UFMG, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, maio, 1997, p. 43-81; e CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (edits.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*, vol. 1, Jaguariúna, SP, : EMBRAPA, 2000, 185 p.

⁸São vários os textos que abordam o assunto. Vide especialmente FRANCO, Augusto de. Desenvolvimento local, integrado e sustentável: dez consensos. *Proposta*, ano 27, n.78, p. 6-19, 1998; Idem, *Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. Brasília : Instituto de Política, 2000; e JARA, Carlos. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília : IICA, 2001.



estratégias de atuação e de formação extensionista universitária para enfrentar esses desafios contemporâneos (CALLOU; TAUKE SANTOS, 2001). Num espaço agrário marcado pela exclusão social e reconfigurado pelas formas associadas de produção agrícola e não agrícolas locais como estratégia de combate à pobreza rural, cabe aos extensionistas assumirem hoje o papel de gestores do desenvolvimento local e não mais de difusores de inovações tecnológicas agropecuárias e pesqueiras.

Dentro dessa perspectiva, a Extensão Rural vem discutindo e incorporando na formação universitária e nas ações em campo esse novo papel atribuído aos extensionistas. Entretanto, o mesmo não se pode dizer da Extensão Pesqueira, embora estudos (ainda que incipientes) revelem a existência de ações governamentais e não governamentais de extensão na pesca voltadas para o desenvolvimento local.⁹ Neste processo, incorporam não apenas as atividades ligadas ao setor pesqueiro, mas também o turismo, a preservação ambiental, os serviços e as formas diferenciadas de comercialização do pescado. Estas últimas, entrelaçando o local com o global através da circulação do pescado no mercado externo. Mas nada se conhece no que diz respeito ao ensino universitário atual da Extensão Pesqueira que, em última instância, é responsável pela formação dos engenheiros extensionistas de pesca no país. Isso adquire relevância frente aos novos desafios das políticas de desenvolvimento do setor pesqueiro, vislumbrados com a recente criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca do Governo Federal. Essa secretaria vem atender os anseios desse setor econômico que, desde o final dos anos 80, com a extinção da SUDEPE, ficou sem apoio governamental efetivo.

Nesse sentido, o presente trabalho analisa os diferentes programas da disciplina Extensão Pesqueira nas escolas de Engenharia de Pesca do Brasil. Investiga até que ponto esses programas estão voltados para os temas considerados significativos pela Comunicação Rural para a formação extensionista atual. Elegemos os seguintes temas de análise: “cultura marítima”; “comunicação rural/extensão rural”; “extensão pesqueira”; “novas ruralidades”;

⁹Veja por exemplo RODRIGUES, Margarita de Cássia Viana. *Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local: o caso do conselho municipal de turismo na cidade do Conde, Bahia*. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Recife, UFRPE, 2001, 250 p.; SILVA, Josenildo de Souza. *A extensão pesqueira no projeto Prorenda Rural – PE: o caso da colônia de pescadores de Pontas de Pedra Z-3, Goiana, PE*. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Recife, UFRPE, 2001, 146 p.; e SILVA, Jefferson Souza da. Instituto terramar: experiência de uma organização não governamental nas comunidades pesqueiras do Ceará. In: PRORENDA RURAL –PE (org.), op. cit., p.101-116.



“desenvolvimento local”; e “desenvolvimento sustentável”.¹⁰ Esses temas são analisados através dos objetivos, ementas e bibliografias constantes nos programas oficiais, coletados em 2002.

As escolas de Engenharia de Pesca estão localizadas em 6 (seis) universidades e 1 (uma) faculdade. São elas: Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE (Recife); Universidade Federal do Ceará – UFC (Fortaleza); Universidade do Estado da Bahia – UNEB (Paulo Afonso); Universidade do Oeste do Paraná – UNIOESTE (Toledo); Universidade Federal do Amazonas – UFA (Manaus); Faculdade de Ciências Agrárias do Pará – FCAP (Belém); e Universidade Plínio Salgado – UNIPLI (Rio de Janeiro). Não foram considerados os programas da disciplina Extensão Pesqueira da Universidade Federal do Amazonas – por não ter tido acesso ao programa –, da Faculdade de Ciências Agrárias do Pará e da Universidade Plínio Salgado. Estes últimos em virtude dos cursos serem novos, sem que houvesse ainda a oferta da disciplina.

O ensino de extensão pesqueira no Brasil

Os programas propostos para a disciplina Extensão Pesqueira pelos quatro cursos de Engenharia de pesca aqui considerados (UFRPE, UFC, UNEB e UNIOESTE) enfatizam, através dos seus objetivos, uma preocupação com o desenvolvimento econômico e social da pesca e da aquicultura (vide QUADRO 1) ([2003_NP09_callou2.pdf](#)). Reafirmam com isso os pilares principais que compõem os fundamentos não apenas da Extensão Pesqueira, mas também da Extensão Rural, desde o seu aparecimento no Brasil até os dias de hoje. Entretanto, parece necessário analisar qual o enfoque dado à noção de desenvolvimento nesses programas. Como já nos referimos, a pesquisa em Comunicação Rural vem sinalizando a necessidade de a Extensão incorporar a perspectiva do desenvolvimento local.

Considerando esse aspecto, o que podemos observar é que apenas o Curso de Engenharia de Pesca da UFRPE traz, de maneira explícita, essa compreensão de desenvolvimento nos objetivos da disciplina. Entretanto, na proposta da UNIOESTE, verifica-

¹⁰Embora considere que o desenvolvimento local pressupõe sustentabilidade, dividi em duas categorias de análise: “desenvolvimento local” e “desenvolvimento sustentável”, uma vez que nos programas analisados ambas estão contempladas. Mas admitimos que o desenvolvimento sustentável não pode ser confundido com o desenvolvimento local.

se uma relação direta entre Extensão Pesqueira e desenvolvimento sustentável. Mas de uma maneira teoricamente contraditória, na medida em que associa a difusão de tecnologias a esse tipo de desenvolvimento (QUADRO 1). Como vimos anteriormente, a perspectiva de desenvolvimento social e econômico pela via da difusão e adoção de inovações tecnológicas estava associada à modernização da agricultura e da pesca e não desenvolvimento sustentável. Como sabemos, tal perspectiva não trouxe a melhoria nas condições de vida das populações pobres do meio rural e pesqueiro, muito menos sustentabilidade ambiental.¹¹

Quando nos debruçamos sobre as ementas propostas pelas escolas em questão para a disciplina Extensão Pesqueira (QUADRO 2) ([2003_NP09_callou2.pdf](#)), podemos observar que a noção de desenvolvimento local reaparece no programa da UFRPE através de temas como, por exemplo, “Globalização e reorganização do espaço agrário e pesqueiro”. Alusão, portanto, às novas ruralidades, como ficará explícito mais adiante na análise da bibliografia sugerida. No que se refere à proposta da UFC, podemos observar que, embora os objetivos nada apresentem em relação ao desenvolvimento local ou desenvolvimento sustentável, a ementa, entretanto, sugere uma preocupação com o desenvolvimento sustentável ao trazer como assunto da disciplina o “Desenvolvimento de comunidades e preservação do meio ambiente”. A bibliografia que acompanha a proposta da UFC traz, por seu turno, dois títulos vinculados ao desenvolvimento sustentável, como veremos também em seguida.

Quanto à ementa sugerida pela UNEB, não há qualquer alusão ao desenvolvimento local e ao desenvolvimento sustentável. Mas consta da bibliografia um texto sobre o assunto. É interessante observar que, de maneira inversa, isso vai ocorrer com a proposta do programa da UNIOESTE. Se nos objetivos a idéia de desenvolvimento sustentável está explícita (ainda que de maneira teórica contraditória, já que relacionada, como vimos, à difusão de inovações), na ementa, entretanto, abandona completamente a temática da sustentabilidade e centraliza seu cardápio no terreno da “transferência de tecnologia agropecuária” e nas “Barreiras existentes na difusão de tecnologias”.

Mas é na bibliografia de referência onde podemos melhor visualizar a incorporação dos novos estudos da Comunicação Rural no ensino da Extensão Pesqueira no Brasil.

Entretanto, para a Comunicação Rural e sua relação direta com a Extensão Rural e Extensão Pesqueira interessa a noção de desenvolvimento local (sustentável).

¹¹Vide GRAZIANO DA SILVA, José. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.; e DIEGUES, op. cit.; e CALLOU, Movimentos sociais, op. cit.

(QUADRO 3) ([2003_NP09_callou3.pdf](#)). Tomando a primeira categoria de análise, *Cultura Marítima*, podemos observar que apenas as escolas de Engenharia de Pesca da UFRPE e UFC trazem na disciplina Extensão Pesqueira títulos que abordam direta ou indiretamente aspectos culturais das comunidades de pesca. Temática fundamental na formação extensionista, se considerarmos principalmente os processos contemporâneos de hibridizações culturais. Em última instância, as culturas populares precisam ser conhecidas e compreendidas quando se pretende fazer extensão pela via do desenvolvimento local. As duas outras escolas (UNEB e UNIOESTE) são omissas em termos de referências bibliográficas sobre o assunto.

A segunda categoria, *Extensão Pesqueira*, busca averiguar até que ponto a disciplina fala de si mesma. Ou seja, se a disciplina incorpora textos produzidos pela própria área. O que se observa, novamente, é que apenas a UFRPE e UFC fazem referência a títulos específicos sobre Extensão Pesqueira. Mesmo assim, apenas dois títulos são sugeridos. Reflexo da baixa produção acadêmica nesse campo do conhecimento? É possível, já que todos os programas trazem títulos importantes da categoria *Extensão Rural/Comunicação Rural*, como é o caso do livro *Extensão ou Comunicação?*, que aparece em todas as propostas. Aspecto que denota uma certa concepção da Extensão pela via da Comunicação, como o próprio livro sugere, ainda que alguns objetivos propostos contemplem, como vimos, a Extensão Pesqueira no campo do difusionismo tecnológico. Por outro lado, os títulos que discutem as novas tendências teóricas no âmbito da Extensão Rural/Comunicação Rural aparecem apenas na bibliografia dos programas da UFRPE e UFC. Entre eles podemos citar *A Extensão Pesqueira e Gestão no Desenvolvimento Local*; *Comunicação Rural e o Novo Espaço Agrário*; e *A Participação na Comunicação Rural: do Difusionismo Modernizador ao Desenvolvimento Auto-Sustentável*.

Quanto às categorias *Novas Ruralidades*, *Desenvolvimento Local* e *Desenvolvimento Sustentável* (QUADRO 3, p. 8), as lacunas são bastante visíveis nas bibliografias sugeridas. Em *Novas Ruralidades*, apenas a UFRPE e UNIOESTE trazem títulos específicos sobre o assunto. Embora esta última universidade não articule o único livro-tema sugerido aos objetivos e à ementa do programa da disciplina, como já observamos. Mas o que mais chama a atenção é a categoria *Desenvolvimento Local*. Somente a UFRPE sugere uma bibliografia específica sobre o tema no programa da disciplina. A categoria *Desenvolvimento Sustentável* aparece precariamente reunindo três títulos nas disciplinas da UFC e UNEB.



Considerações Finais

Ao encerrar esse texto, não parece desnecessário frisar os limites das análises aqui desenvolvidas que, em última instância, pretenderam investigar até que ponto os programas da disciplina Extensão Pesqueira dos cursos de Engenharia de Pesca do Brasil estão voltados para temas considerados significativos pela Comunicação Rural à formação extensionista atual. Sabemos que analisar isoladamente uma disciplina de uma grade curricular universitária pode refletir apenas parcialmente o tipo de formação proposta em determinada área de especialização da profissão, como é o caso da Extensão Pesqueira dentro da Engenharia de Pesca. Isso por que as disciplinas de uma grade curricular mantêm relação entre si em termos de conteúdos, carga horária, pré-requisitos, atividades extra-sala de aula (ligadas ou não a estágios), seminários etc.

Seja como for, arrolamos a seguir algumas conclusões que poderão ser úteis para pensar uma nova perspectiva de ensino da Extensão Pesqueira no país: 1) os objetivos constantes nos programas analisados acenam para uma concepção ambígua das atividades de extensão pesqueira; 2) algumas ementas pouco refletem os desafios atuais do desenvolvimento local, embora dêem sinais de preocupação com o desenvolvimento sustentável; 3) pouca ênfase é atribuída à cultura marítima e suas hibridizações contemporâneas, aspectos fundamentais para o estabelecimento de políticas locais de desenvolvimento; 4) são escassos os trabalhos acadêmicos sobre Extensão Pesqueira sugeridos na bibliografia dos programas analisados, reflexo possível de uma baixa produção acadêmica na área, tendo em vista que as atividades de Extensão Pesqueira ficaram praticamente estagnadas nos últimos anos; 5) raras são as referências bibliográficas sobre *novas ruralidades e desenvolvimento local*, considerados hoje temas-chave na discussão sobre extensão no Brasil; e 6) parece haver uma compreensão da Extensão Pesqueira como um processo de comunicação, haja vista que todos os programas analisados sugerem o livro *Extensão ou Comunicação?*, embora alguns objetivos remetam a Extensão Pesqueira para o campo do difusionismo tecnológico.

Frente ao exposto, sugerimos a seguir uma nova proposta de programa para a disciplina Extensão Pesqueira no país. Ela está baseada em proposta desenvolvida para as



disciplinas Extensão Rural e Comunicação Rural,¹² a qual foi adotada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Proposta de programa para a disciplina extensão pesqueira

EMENTA

- Aspectos socioculturais das populações pesqueiras no Brasil. Extensão Rural e Extensão Pesqueira: caminhos distintos no passado, caminhos cruzados no presente. Globalização e reorganização do espaço agrário e pesqueiro. Elaboração de projetos de gestão do desenvolvimento local sustentável em contextos populares.

OBJETIVOS

Geral:

- Possibilitar um ambiente de discussão e operacionalização da prática extensionista dentro de novos referenciais teórico-metodológicos e políticos que permeiam o discurso da atualidade

Específicos:

- Analisar o conceito de Extensão Pesqueira à luz das discussões contemporâneas sobre a relação global/local, as novas ruralidades e suas implicações na pesca e na aqüicultura; a produção familiar, o associativismo e os movimentos sociais, particularizando a região Nordeste.
- Situar a prática extensionista na perspectiva do desenvolvimento local sustentável.
- Instrumentalizar os alunos com subsídios para a elaboração de projetos de intervenção para o desenvolvimento local dos contextos populares.

¹²Vide CALLOU; TAUKE SANTOS, Formação de comunicadores ... op. cit. Vide nota 11.

1 Trabalho apresentado no Núcleo de **Comunicação Científica e Ambiental**, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.



UNIDADE I - Extensão Rural e Extensão Pesqueira: caminhos cruzados

- Conceitos, objetivos, diretrizes da extensão rural americana e seus desdobramentos no Brasil;
- Principais modelos de comunicação que orientam as diferentes práticas da extensão rural e pesqueira: o difusionismo tecnológico e a comunicação participativa;
- Origens do trabalho de Extensão Pesqueira no Brasil e a atuação da Pastoral dos Pescadores nas comunidades de pesca.
- As novas tecnologias da informação e da comunicação e sua repercussão nas comunidades pesqueiras/rurais.

UNIDADE II – Globalização e Consumo

- Globalização e a reorganização do espaço agrário/pesqueiro: aspectos políticos, econômicos, ambientais e tecnológicos.
- Consumo, tempo e espaço como categorias de análise fundamentais no mundo contemporâneo.
- Políticas públicas para o desenvolvimento da pesca e da aquicultura em tempo de globalização: reforma agrária, associativismo, crédito, assentamento, comercialização e assistência técnica; gênero, jovens e adultos.
- novo perfil do engenheiro extensionista de pesca para atender às demandas de um espaço pesqueiro e agrário que agrega atividades produtivas não tradicionais.

UNIDADE III – Desenvolvimento local, pesca e aquicultura

- processo de “concertação” no desenvolvimento local: capital empresarial, humano, social e natural
- Desenvolvimento local, teoria e prática no mundo dos excluídos: análise de algumas experiências no Brasil e no mundo.



UNIDADE IV – Gestão de Projetos de Desenvolvimento Local

- Elaboração de projetos para o desenvolvimento sustentável;
- Elaboração de diagnóstico participativo;
- Identificação de ações a serem desenvolvidas;
- Metodologias e instrumentos;
- Articulação de parcerias institucionais;
- Elaboração de plano de ação;
- Execução de uma atividade piloto;
- Avaliação da atividade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *A formação profissional de nível superior na área das ciências agrárias: proposta de currículo mínimo*. Brasília, 1981. p.17.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Comunicação rural e era tecnológica: tema de abertura. In: _____. (Org.). *Comunicação rural, tecnologia e desenvolvimento local*. São Paulo, Recife: Bagaço, 2002. p.11-28.

_____. A extensão pesqueira como disciplina recente na universidade brasileira. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA DE PESCA, 3, 1983, Manaus. *Anais...Manaus: Associação dos Engenheiros de Pesca da Amazônia*. p. 285-300.

_____. *Movimentos sociais de pescadores, 1920-1982*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Santa Maria, 1986.

_____. *A voz do mar, construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela missão do cruzador José Bonifácio (1919-1924)*. Tese (Doutoramento em Ciências da Comunicação). São Paulo, 1994, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. 359 p.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes; TAUKE SANTOS, Maria Salett. Extensão pesqueira e gestão no desenvolvimento local. In: PRORENDA RURAL –PE (Org.) *Extensão pesqueira: desafios contemporâneos*. Recife: Bagaço, 2003, p. 225.



- _____. Formação de comunicadores rurais: novas estratégias para enfrentar o século XXI. *Contexto e Educação*, Ijuí,, Unijuí, n.63, jul./set., 2001, p.119-130.
- CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (Ed.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000. v. 1.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant’Ana. *Pescadores, sítiantes e trabalhadores do mar*. Tese de doutoramento, São Paulo, USP, 1979.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. *Cartografias dos estudos culturais*: Stuart Hall, Jesús Martín-Barbero e Néstor García Canclini. Tese (Doutoramento em Ciências da Comunicação), São Paulo, USP, 1999. 277 p.
- FRANCO, Augusto de. Desenvolvimento local, integrado e sustentável: dez consensos. *Proposta*, ano 27, n.78, p. 6-19, 1998.
- _____. *Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável*. Brasília: Instituto de Política, 2000.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GIUSEPPA, Spenillo. O rural frente à informatização do cotidiano: comunicação, interpessoalidade e lazer no projeto Brígida (Orocó – PE). In: CALLOU, Angelo Brás Fernandes (Org.). *Comunicação rural e o novo espaço agrário*. São Paulo/Recife : Imprensa Universitária, 1999, p. 37-47.
- GRAZIANO DA SILVA, José. O novo mundo rural. *Nova Economia*, UFMG, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, maio, 1997, p. 43-81.
- _____. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.
- JARA, Carlos. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Brasília : IICA, 2001.
- LIMA, Conceição Maria Dias. *Comunicação e desenvolvimento local: estudo de recepção das propostas da incubadora tecnológica de cooperativas populares – INCUBACOOOP pelas mulheres da cooperativa de costura de Abreu e Lima – COOPECAL-PE*. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Recife : UFRPE, 2003, 188 p.
- MARCONDES FILHO, Ciro (Coord.). *Pensar-pulsar: cultura comunicacional, tecnologias, velocidade*. São Paulo : Coleção NTC, 1997, 423 p.



MELO, Maria de Fátima Massena. *Mulher e consumo: a recepção das mensagens do programa de apoio ao desenvolvimento comunitário (PRODEC) da Caixa econômica Federal, pelas mutuárias da Cila de Chã de Marinheiro, em Surubim/PE*. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Recife : UFRPE, 2001, 144 p.

RELATÓRIO do I Curso Nacional Pré-Serviço de Extensão Pesqueira. Florianópolis: [s.n., 19--]. Mimeo.

RODRIGUES, Margarita de Cássia Viana. *Estratégias de comunicação para o desenvolvimento local: o caso do conselho municipal de turismo na cidade do Conde, Bahia*. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Recife, UFRPE, 2001, 250 p.

SÁ BARRETO, Carmem Virgínia M. *Comunicação e reforma agrária: estudo de recepção das políticas do MEPF-INCRA pelos assentados de Gaipió – PE*. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Recife: UFRPE, 2000, 345 p.

SILVA, Jefferson Souza da. Instituto terramar: experiência de uma organização não governamental nas comunidades pesqueiras do Ceará. PRORENDA RURAL –PE (Org.) *Extensão pesqueira: desafios contemporâneos*. Recife : Bagaço, 2003. p.101-116.

SILVA, Josenildo de Souza. *A extensão pesqueira no projeto Prorenda Rural – PE: o caso da colônia de pescadores de Pontas de Pedra Z-3, Goiana, PE*. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural), Recife, UFRPE, 2001, 146 p.

SIRY, Bernardo. Experiências pastorais no meio dos pescadores artesanais. In: PRORENDA RURAL – PE. *Extensão pesqueira: desafios contemporâneos*. Recife : Bagaço, 2003. p. 28-42.

TAUK SANTOS, Maria Salett. Comunicação e consumo: espaço das mediações da cultura transnacional e das culturas populares. Revista Brasileira de Comunicação – INTERCOM, São Paulo, vol XIX, n.2, jul./dez., 1996, p. 43-47.

_____. Comunicação rural - velho objeto, nova abordagem: mediação, reconversão cultural, desenvolvimento local. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de; FRAU-MEIGS, Divina; TAUK SANTOS, Maria Salett (Org.). *Comunicação e informação: identidades e fronteiras*. São Paulo : INTERCOM; Recife: Bagaço, 2000.



TAUK SANTOS, Maria Salett; CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Desafios da comunicação rural em tempo de desenvolvimento local. *Revista Signo*, Revista de Comunicação Integrada. UFPB, Ano 2, n. 3, set. 1995.

TAUK SANTOS, Maria Salett; SPENILLO, Giuseppa. Uma nova política para o ensino da comunicação rural: o caso UFRPE. In: TAUK SANTOS, Maria Salett (Org.). *Políticas de comunicação rural nos anos 90*. Recife, Imprensa Universitária, UFRPE, 1998.